



A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Morgana Maciel Oliveira¹
Neusetete Machado Rigo²

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise sobre Planos Municipais de Educação (PME) e suas estratégias para a operacionalização da meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), a qual prevê a universalização do acesso à educação ao público da educação especial garantindo um sistema educacional inclusivo. Tem como objetivo refletir sobre as propostas que os municípios apresentam nos PME em relação à formação continuada dos professores para a inclusão escolar. Parte-se do pressuposto que a garantia à educação dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotados/altas habilidades perpassa pela formação continuada dos professores das turmas regulares de ensino. Também pressupõe-se que a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) em vigência, depende dos planejamentos educacionais que os municípios estabelecem para sua gestão. A metodologia utilizada constitui-se na análise de conteúdo de 24 Planos Municipais de Educação da região das Missões/RS, e estrutura-se a partir das seguintes questões: quais estratégias integram os PME para a formação continuada de professores na educação de crianças com deficiências? Que formação continuada se faz necessária para promover a inclusão escolar e universalizar a educação ao público da educação especial, como indica o PNE? Os resultados da pesquisa apontam que, majoritariamente, os municípios propõem formação continuada direcionada aos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em detrimento dos demais professores. Porém, um número significativo de municípios contemplam também a formação continuada para a inclusão escolar aos professores em geral. Desta forma, conclui-se que os PME em geral, distanciam-se da construção de sistemas educacionais inclusivos, por orientarem-se segundo uma concepção de educação especial centrada no AEE. Isso implica em prejuízos para a universalização da educação às crianças e adolescentes que são público da educação especial, conforme indica a meta 4 do PNE.

¹ Acadêmica do curso de Química – Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo, contato: morgana.maciel_oliveira@yahoo.com.br

² Professora adjunta do Domínio Conexo. Docente do Componente Curricular Educação Inclusiva, Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Cerro Largo, contato: neusetete.rigo@uffs.edu.br.



Palavras-chave: Política educacional. Planejamento educacional. Formação continuada.

Categoria: UFFS - Ensino

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Formato: Comunicação Oral